



Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade

Versão on-line ISSN 2319-2856

Volume 14, número 7. Curitiba – PR. jan/jun - 2018

Interfaces entre Ecodesenvolvimento e Sociedade de Risco

Evandro de Oliveira

evandro11oliveira@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina
Graduado em Tecnologia em Gestão Ambiental
Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável
Doutorando em Ciências Humanas

RESUMO

A teoria da Sociedade de Risco criada por Ulrich Beck é nada mais nada menos do que um diagnóstico feito pelo autor da modernidade. Ao contrário disso, a teoria do ecodesenvolvimento difundida por Ignacy Sachs, é um modelo alternativo de desenvolvimento socioeconômico defendido pelo autor. Diante disso, o artigo propõe realizar conexões entre as teorias do ecodesenvolvimento e da sociedade de risco. Estas ligações objetivam refletir contribuições que ambas podem trocar entre si, fortalecendo suas bases teóricas. Por fim, entende-se, que os subsídios que uma concedeu a outra, possibilitaram abranger seus campos teóricos, favorecendo ambas à obterem melhores reflexões acerca da problemática ambiental.

Palavras-chave: Ecodesenvolvimento, Sociedade de risco, Problemática ambiental;

Interfaces Between Ecodevelopment and Risk Society

ABSTRACT

The theory of the Risk Society created by Ulrich Beck is nothing else but a diagnosis of modernity. On the other hand, Ignacy Sachs' theory of ecodevelopment is an alternative model of socioeconomic development. Thus, the paper proposes to make connections between theories of ecodevelopment and the risk society. Such connections aim to reflect contributions that both can exchange to each other and consequently strengthening their theoretical bases. Finally, it is understood that the subsidies that one granted to the other, allowed the possibility of approaching both theories, favoring both to obtain better reflections on the environmental issue.

Keywords: Ecodevelopment, Risk society, Environmental issue;

INTRODUÇÃO

No ano de 1972 foi realizada a primeira conferência mundial sobre o meio ambiente que aconteceu em Estocolmo, Suécia. Nessa conferência participaram 113 países, 250 organizações não governamentais e vários organismos da ONU. O objetivo dessa conferência era realizar uma discussão em torno dos problemas ambientais advindos das atividades humanas (SEIFFERT, 2007).

Esse encontro ficou marcado por uma dicotomia; de um lado estavam os que defendiam um crescimento econômico infinito, do outro, os que ressaltavam a necessidade de parar o crescimento econômico devido aos impactos sociais e ambientais derivados do mesmo (SACHS, 1986).

Diante disso foi cunhado em 1973, o conceito de ecodesenvolvimento. Esse conceito acabou se tornando um ponto de equilíbrio entre os lados opostos, pois permitia que o crescimento econômico continuasse desde que se procurasse minimizar os danos sociais e ambientais provindos do crescimento econômico (SACHS, 1986).

O ecodesenvolvimento é um modelo de desenvolvimento econômico que enfatiza o desenvolvimento social, econômico e ambiental a partir do local/regional. A partir disso, o desenvolvimento local/regional levará em consideração a cultura local e propiciará uma gestão local dos recursos naturais dessa mesma região (SACHS, 1986).

Treze anos após ser criado o conceito de ecodesenvolvimento, Ulrich Beck lança em 1986 seu livro intitulado: *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. Seu livro é lançado no mesmo ano que acontece o desastre de Chernobyl na antiga União Soviética.

Em sua teoria, Beck (2011) salienta que vivemos em uma modernidade no qual muitos dos riscos à saúde humana são riscos invisíveis aos olhos humanos. Para o autor, vivemos em constante risco de contaminação, desde a utilização de um simples detergente, até mesmo nos alimentos de consumimos. Em suma, o autor ressalta em sua teoria de como os riscos estão presentes na sociedade moderna, e quais as consequências que os mesmos trarão para a sociedade atual.

Os conceitos de ecodesenvolvimento e de sociedade de risco abordam em sua essência a questão ambiental. Apesar de existir essa similaridade, as perspectivas com que ambos trabalham são distintas, sendo que o ecodesenvolvimento se coloca como uma alternativa de desenvolvimento para a sociedade, e a sociedade de risco nos alerta sobre os riscos existentes e suas possíveis consequências na modernidade.

Mesmo com essas distintas abordagens da questão ambiental realizada por essas teorias, acredita-se que ambas possam dialogar e com isso permutar reflexões que possam enriquecer ambas as teorias. E é diante desse pressuposto que reside a justificativa do artigo, ou seja, mesmo sendo teorias diferentes, acredita-se que é possível realizar uma aproximação das mesmas com o intuito de instigar novos pensamentos com relação ao ecodesenvolvimento e à sociedade de Risco.

O objetivo deste trabalho resume-se em discutir estas duas teorias e demonstrar como ambas podem trocar contribuições para melhor compreender a complexidade da problemática ambiental. O artigo está dividido em duas partes e em um primeiro momento procura-se explicitar de forma resumida, as bases teóricas do Ecodesenvolvimento e da Sociedade de Risco. Em seguida evidencia-se as interfaces contributivas entre as teorias; restando ao final as conclusões.

ECODESENVOLVIMENTO

O conceito de Ecodesenvolvimento foi cunhado por Maurice Strong em 1973, e amplamente estudado e divulgado por Ignacy Sachs. Neste artigo para discutir o ecodesenvolvimento, utilizar-se-á algumas obras de Sachs.

O conceito de ecodesenvolvimento surgiu em meio aos conflitos entre os defensores do crescimento selvagem e os que defendiam a paralisação do crescimento econômico (SACHS, 1986). Mas para Sachs (1986), o foco não é questionar o crescimento

como tal, mas sim explorar novas formas de crescimento que visem minimizar os impactos ambientais. Ou seja, a meta é redefinir o crescimento, pois abandonar o crescimento econômico em prol de questões ambientais é, nas palavras de Sachs, “uma proposição intelectualmente simplista e politicamente suicida” (1986, p.71). Com isso, o ecodesenvolvimento propôs continuar o crescimento econômico, desde que questões socioambientais sejam levadas em consideração; assim formou-se o tripé do ecodesenvolvimento, ou seja, ele deve ser ecologicamente prudente, economicamente viável e socialmente desejável (SACHS, 1986).

De início, o ecodesenvolvimento tinha por propósito enfatizar um desenvolvimento para as regiões rurais do mundo. Mas foi sendo estendido também para o âmbito urbano. Este modelo parte da premissa do local, ou seja, as ecoregiões devem ter as oportunidades de identificar seus próprios problemas bem como também aplicar soluções cabíveis aos mesmos. Visualizar seu próprio estilo de desenvolvimento utilizando seus próprios métodos e saberes, adaptando tecnologias e conhecimentos exógenos a sua realidade e aplicando-os de acordo com suas necessidades, buscando minimizar os impactos ambientais das atividades econômicas; além disso, utilizar seus próprios recursos locais para satisfazer as necessidades sociais dessa mesma região, que por sua vez são identificadas através do planejamento participativo no qual essa população local irá opinar e formatar suas próprias estratégias de desenvolvimento.

Essa abordagem regional do ecodesenvolvimento pressupõe um redirecionamento da pesquisa científica e ao mesmo tempo uma valorização do local. No que se refere às culturas locais, estas são de grande importância para a materialização do ecodesenvolvimento, pois elas obtêm um grande conhecimento dos ecossistemas locais, com isso é de grande magnitude para o ecodesenvolvimento trabalhar com a ecologia cultural. (SACHS, 1986).

Uns dos principais objetivos do ecodesenvolvimento é a erradicação da pobreza e mitigação dos impactos ambientais das atividades humanas. Para que isso aconteça e simultaneamente ocorra uma transição do modelo capitalista para o ecodesenvolvimento é necessário que o crescimento econômico continue. Entretanto, esse novo crescimento proposto pelo ecodesenvolvimento tem prioridades éticas, sociais e ambientais.

O ecodesenvolvimento também depende de opções inovadoras, que irão advir tanto da ciência com conhecimentos e tecnologias ambientalmente favoráveis, como do

saber tradicional local que desperta novas formas de pensar soluções ambientalmente corretas (SACHS, 1993). O ecodesenvolvimento tem chances de sair do plano teórico para o concreto se assimilar técnicas e saberes dos sistemas tradicionais de gestão de recursos (SACHS, 2002). Em outra obra, Sachs confirma, “fazer ecodesenvolvimento é em grande medida saber aproveitar os recursos potenciais do meio” (SACHS, 2009, p.257).

Segundo Sachs, o ecodesenvolvimento não se concretizará se as políticas de mercado não tiverem restrições. Pois de acordo com o mesmo, o mercado visa apenas o lucro, deixando temas ambientais e sociais em segundo plano, ou muitas vezes nem são cogitados em suas ações. O desafio ambiental é planetário, por sua vez, são necessárias estratégias que abrangem o norte e o sul, principalmente com relação ao consumismo e a economia (SACHS, 2002).

A preocupação com as gerações atuais bem como com as gerações futuras é uma das mais marcantes características do ecodesenvolvimento. Esse duplo imperativo ético da solidariedade para com as gerações possui forte vínculo com questões socioambientais. Nesse aspecto, Sachs defende um desenvolvimento que seja incluyente, sustentável e sustentado, com a geração de empregos que garantam a inclusão da massa pobre da população e ao mesmo tempo seja sustentável e sustentado tanto sob a ótica social e ambiental, podendo garantir às gerações presentes e futuras condições necessárias para se ter uma vida digna (SACHS, 2004). A educação é, para Sachs, algo fundamental para que os pressupostos do desenvolvimento incluyente sustentável e sustentado¹ venham a se materializar (SACHS, 2004; 2009).

Várias exigências são necessárias para que o ecodesenvolvimento comece a ter um caráter mais empírico, a destacar: conservação dos recursos naturais, maior utilização de recursos renováveis, pesquisas genéticas envolvendo espécies locais cabíveis de aproveitamento em atividades humanas, formulação de ecotécnicas, troca de informações entre locais que já possuem alguma experiência prática do ecodesenvolvimento, levar estas mesmas informações para ecoregiões que ainda não conseguiram aderir ao modelo. O espaço utilizado pelo homem também deve obedecer a estratégias de ecodesenvolvimento pois é no espaço que o ser humano desenvolve suas atividades e um espaço bem planejado de acordo com os princípios do ecodesenvolvimento será um local

¹ Sachs entende que os conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável/sustentabilidade são sinônimos.

que utilizará melhor os recursos disponíveis e causará poucos danos ao meio (SACHS, 1986).

Para o ecodesenvolvimento é imprescindível a participação da população local, que irá decidir a melhor forma de satisfazer suas necessidades e utilizar seus próprios saberes nas tarefas a desempenhar, e ao mesmo tempo aprender com atores de fora novos métodos e adaptá-los a sua realidade cotidiana (SACHS, 1986).

Outro aspecto importante explicado por Sachs (2002) é que o ecodesenvolvimento tem maiores probabilidades de acontecer se os sistemas de produção artificiais tiverem maior interação com os sistemas naturais, com essa analogia, os projetos de ecodesenvolvimento se concretizarão e ao mesmo tempo com a ajuda da ciência moderna estes novos sistemas produtivos poderão aumentar a produção e se multiplicar.

É preponderante frisar as dimensões do ecodesenvolvimento, pois para o ecodesenvolvimento acontecer deve-se levar em conta as dimensões da sustentabilidade. Sachs (1993;2002) destaca diversas dimensões da sustentabilidade:

- Sustentabilidade social: melhorar as condições de vida da população mais pobre, melhor distribuição da riqueza, igualdade no acesso aos recursos, emprego pleno e qualidade de vida;
- Sustentabilidade econômica: designa uma maior eficiência na alocação e gestão dos recursos naturais, segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos meios de produção, desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado;
- Sustentabilidade ecológica/ambiental: preservar os bens naturais focando na utilização de bens naturais renováveis, autolimitar a utilização do capital não-renovável, diminuir a poluição e o lixo, incentivar a pesquisa de tecnologias limpas; respeitar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;
- Sustentabilidade Territorial/espacial: Foca em um maior equilíbrio populacional entre rural e urbano, melhor distribuição dos espaços para atividades econômicas ou assentamentos humanos, melhorias no âmbito urbano e rural, planejamentos seguros para áreas ecologicamente frágeis;
- Sustentabilidade cultural: procurar um equilíbrio entre as tradições e inovações culturais, em outras palavras, respeitar e preservar as diversas culturas locais e

simultaneamente estas mesmas culturas devem estar abertas a adquirirem novos hábitos culturais;

- Sustentabilidade política (nacional): a democracia deve agir sem a defesa dos direitos humanos e com o fortalecimento do estado para colocar em prática projetos nacionais de sustentabilidade e um nível razoável de coesão social;
- Sustentabilidade política (internacional): A ONU deve ser eficaz em garantir a paz mundial e tentar promover a cooperação mundial. Garantir melhorias no controle institucional do sistema financeiro internacional, a proteção da diversidade biológica e cultural, um sistema efetivo de cooperação em pesquisa científica e a aplicação do princípio da precaução na gestão ambiental.

Levando em conta essas dimensões da sustentabilidade, é possível, segundo Sachs, que o ecodesenvolvimento venha a se materializar na sociedade. Encerrando o pensamento de Sachs, o autor enfatiza que o ecodesenvolvimento é algo que deve ser banalizado e aplicado em diversas regiões (SACHS, 2009).

SOCIEDADE DE RISCO

A teoria da sociedade de risco foi lançada por Ulrich Beck em 1986, na Alemanha. Para discutir essa teoria neste artigo, será utilizado a obra de Beck intitulada: Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade.

Beck (2011) inicia seu raciocínio esclarecendo que na modernidade tardia ²a produção de riqueza é acompanhada pela produção de riscos, ou seja, conforme o sistema produtivo obteve diversos avanços tecnológicos e científicos, simultaneamente apareceram riscos advindos deste mesmo sistema de produção. As riquezas produzidas estão em sua grande maioria contaminadas por “ameaças colaterais” que trazem tanto para a saúde humana como para a natureza consequências nunca antes imaginadas. Os riscos já não estão concentrados em apenas um local (em uma indústria), mas se espalham pelo globo, trazendo consigo suas consequências transnacionais, em suma, para os riscos não existe fronteiras nacionais.

²Modernidade tardia ou modernidade reflexiva é para Beck uma fase no qual a ciência, a tecnologia e a técnica, não conseguem controlar ou propor soluções para os riscos que elas mesmas contribuíram para criar.

Diante disso, outras características do risco é que ele pode ser ao mesmo tempo real e irreal. A contaminação de rios por produtos químicos, os desmatamentos de florestas, isso é real. Apesar disso, os riscos causam ameaças para o futuro, ameaças que quando chegarem pouco se poderá fazer em relação aos mesmos. A imunidade aos riscos pode desaparecer de um momento a outro e se transmutar em danos irreversíveis. Estas ameaças são muitas vezes invisíveis aos olhos humanos e alguns destes riscos têm o potencial de acabar com a vida no planeta (BECK, 2011). Pode-se enfatizar como exemplo dois casos que elucidam esta ideia de Beck: um desastre nuclear (risco com potencial de destruição da vida no planeta) ou o consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos (alimentos estes não vistos por olhos humanos). Ambos os casos refletem o perigo e a agressividade que os riscos representam para a vida (ser humano, fauna, flora).

Como os riscos são invisíveis, e as riquezas perceptíveis, quem ganha essa disputa não são os riscos invisíveis aos nossos olhos. Este paradoxo se dá, pois, muitos riscos não sendo tangíveis são desprezados; essa falta de percepção prática dos riscos é um terreno fértil para que ameaças cresçam e se difundam. A falta de visibilidade dos riscos implica em não os perceber, mas isso não significa que suas consequências não irão se concretizar (BECK, 2011). Um exemplo são os efeitos de produtos químicos usados nas indústrias. Muitos desses produtos causarão danos somente nos descendentes das pessoas e não nelas mesmas. Muitos bebês nascem com problemas devido ao uso destes produtos. Um caso contextualizado por Pignati *et al* (2014) é a contaminação do leite materno, ou seja, os bebês são alimentados com leite de suas mães contaminados por defensivos agrícolas, sem dúvida essa ação trará consequências graves para a vida desta criança.

Os riscos também despertam o potencial político das catástrofes, com isso, ocorre uma mudança nos procedimentos jurídicos, a abertura e fechamentos de mercados, a depreciação do capital, entre outros. Nesse sentido, risco implica em uma reorganização do poder e da responsabilidade (BECK, 2011).

Outro aspecto importante é que a difusão de riscos no planeta não acarretará em uma menor desigualdade social, ao contrário, nas palavras de Beck (2011, p. 49) “situações de classe e situações de risco se sobrepõem”, nessa medida as pessoas que vivem na pobreza estão mais suscetíveis aos riscos, pois sua condição financeira e social as impele a deixar de lado sua saúde e a ficar mais expostos aos riscos advindos de sistemas produtivos. Beck deixa notório esse ponto quando argumenta, “existe uma sistemática

força de atração entre pobreza extrema e riscos extremos” (BECK, 2011, p. 49). Os riscos acumulam-se em baixo, as riquezas em cima, os riscos, em certo sentido reforçam as desigualdades de classe, pois dependendo da profissão, as ameaças podem ser maiores ou menores.

O modo como lidar com as consequências do risco também se altera devido a classe do indivíduo. Se um determinado ator possui uma boa condição financeira, ele pode comprar alimentos que contenham um índice menor de venenos, ao contrário de outras pessoas que irão comprar o alimento mais contaminado pois sua condição financeira lhe permite que compre apenas alimentos desta tipologia. Com isso, Beck destaca que velhas desigualdades sociais são repetidas em uma nova escala. Mas nem mesmo o dinheiro e o poder podem salvar os atores mais ricos e poderosos da sociedade dos perigos iminentes dos riscos. Um exemplo é a distribuição de água, todas as camadas da população bebem água, logo o efeito é distribuído para todos. Em suma, os riscos produzem um efeito equalizador, pois cedo ou tarde, ele atinge todas as classes sociais (BECK, 2011).

No que condiz na relação entre risco e ciência, Beck efetua algumas críticas a mesma. O autor infere que a ciência produz os riscos, mas ela não tem o potencial de “curar” suas consequências. Se os cientistas não conseguem identificar os poluentes no ar, não quer dizer que esse mesmo ar não esteja poluído. Além disso, os cientistas tentam estabelecer “limites de poluição”, algo que para Beck é inconcebível, pois a partir do momento que se estabelece um limite de poluição, isso quer dizer que ela já foi aceita. Com isso o pressuposto anterior que era não se contaminar, é substituído com os limites de tolerância, então se envenenar torna-se normal, pois aquilo que é admissível acaba tornando-se inofensivo. Mas a questão é saber o quanto de poluição um corpo humano pode aguentar. E como fica a questão das diferenças sociais: criança, adulto, mulher, homem? Cada um destes seres humanos pode reagir de forma diferente com relação às contaminações, como solucionar isso? Até que ponto contaminação não é contaminação e a partir de quando contaminação é contaminação? Com essas indagações, Beck realiza severas críticas à ciência e ressalta que a mesma se tornou uma agência gerenciadora dos riscos globais (BECK, 2011).

Na modernidade reflexiva ocorre a distribuição dos riscos que atinge toda a sociedade, até mesmo aqueles que o produziram e lucram com eles. Beck denomina essa situação de “efeito bumerangue”. Esse efeito pode se voltar diretamente contra seu

produtor, ou se espalhar para outros segmentos da sociedade. O “efeito bumerangue” às vezes não ameaça diretamente a vida, mas causa danos a lucros, legitimidades, propriedades. Os riscos também não respeitam classe, tanto os pobres como os ricos estão sujeitos aos riscos da modernidade tardia (BECK, 2011).

O pensamento capitalista de “lucro a qualquer custo” não é prejudicado na sociedade de risco, mas ao contrário, dos riscos advém o que os empresários capitalistas tanto desejam, “necessidades sem fundo”, em outras palavras, os riscos geram necessidades que não são facilmente satisfeitas. Além disso, os riscos também podem ser manipulados, reiterados, perpetuados, criando assim novas necessidades e por consequência novos mercados. Na sociedade de risco, aparece o que Beck denomina de “os riscos autofabricáveis”. Outra característica é que o risco não deve ser combatido em sua fonte, mas apenas suas consequências devem ser administradas e “tratadas”, em outras palavras, as causas são deixadas obscurecidas e assim os riscos são convertidos em oportunidades mercantis gerando novos mercados e lucros (BECK, 2011).

A partir do momento em que os riscos ganham a atenção da política, da sociedade, etc., surgem múltiplos novos casos de conflitos e negociações. Pois os riscos estão envolvidos com o capital, a ciência, a política e a mídia. Diante dessa situação, a sociedade de risco também é uma sociedade da ciência, da mídia e da informação. Na sociedade de risco, todos querem evitar o pior. A solidariedade da carência é transformada em solidariedade do medo (BECK, 2011).

Pode-se esclarecer que Beck concebe a sociedade de risco como uma sociedade que enfrenta ela mesma, em outros termos, a sociedade percebe que ao se defrontar com os riscos está diante de ameaças produzidas por si mesma e não catástrofes naturais advindas da natureza, mas sim, riscos e perigos produzidos pelos seus sistemas produtivos. Para encerrar o pensamento de Beck, o autor destaca:

[...] As ameaças da civilização fazem surgir uma espécie de “novo reino das trevas”, comparável com os deuses e demônios da antiguidade, que se ocultavam do mundo visível e ameaçavam a vida humana no planeta. Hoje em dia, não nos comunicamos mais com os espíritos que se escondem nas coisas, mas nos vemos expostos a irradiações, ingerimos teores tóxicos e somos perseguidos até nos sonhos pelos temores de um holocausto nuclear [...] Por toda a parte riem-se dissimuladamente das substâncias poluentes e tóxicas aprontando suas malvadezas como os demônios da idade média [...] Aonde quer que se chegue, elas estarão lá esperando [...] Sua invisibilidade não é prova alguma de sua

inexistência, muito pelo contrário, garante à sua malvadeza um espaço praticamente ilimitado (BECK, 2011, p. 89).

Com isso, Beck deixa claro sua percepção sobre a sociedade de risco, em suma, estamos vivendo com os riscos que estão escondidos, causando danos a todo tipo de vida no planeta.

INTERFACES ENTRE ECODESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE DE RISCO

As trocas de informações contributivas que as teorias podem oferecer uma a outra são diversas. Procura-se nessa seção, enfatizar os subsídios que a sociedade de risco e ecodesenvolvimento podem permutar. Inicia-se com as contribuições do ecodesenvolvimento para a sociedade de risco.

Guivant (2001) nos alerta que a teoria dos riscos precisa melhorar sua investida explicativa diante das relações complexas entre as dinâmicas de globalização dos riscos e suas aparições de faceta específica que estes adquirem em sociedades distintas. Diante disso, a teoria do ecodesenvolvimento pode contribuir com sua perspectiva do local, ou seja, o ecodesenvolvimento concebe que o desenvolvimento deve partir do local, das ecoregiões. Se a sociedade de risco tentar realizar abordagens focando regiões locais, sua potencialidade elucidativa dos distintos riscos manifestados em diferentes sociedades e sua relação com o global terá maior probabilidade de ser mais clara.

Uma premissa muito frisada por Sachs (1986; 2002) é a substituição dos recursos não renováveis por recurso renováveis. Isso se dá principalmente pela alta poluição advinda destes materiais e pelo seu possível esgotamento. Os bens naturais não renováveis são responsáveis por gerar alta poluição ao meio, e com isso gerar danos sociais e ambientais. Os riscos advindos dos usos destes capitais naturais não são evidenciados por Beck na sociedade de risco.

A questão cultural é colocada por Sachs (1986) como algo de grande magnitude para o ecodesenvolvimento. Em sua visão, identificar a forma como diferentes culturas locais se adaptam ou superam condições ambientais diversas é importante para se aprender a superar adversidades socioecológicas existentes nas diversas regiões do mundo. Essa adaptabilidade ou superação de desafios ambientais por parte de distintas sociedades não

é salientada por Beck. Nesse segmento, Beck não esclarece que determinados riscos e ameaças podem afetar de forma diferente distintas sociedades, devido a suas diferenças culturais. Em suma, os fatores culturais não são destacados por Beck na sociedade de risco.

Para Sachs (2004), questões como coleta e destinação do lixo, saneamento básico, e outros serviços geralmente feitos pelos setores públicos são importantes para se pensar o ecodesenvolvimento, principalmente no que condiz com o tratamento de seus impactos. Beck não deixa claro em sua obra os riscos e ameaças que provém quando esses serviços não são realizados de forma correta. Talvez essas questões se encontram implícitas em sua obra, mas é importante frisar que o não tratamento e destinação correta do lixo e não implementação do saneamento básico acarreta em uma série de danos socioambientais, por isso é importante destacar de forma explícita os impactos advindos da realização precária dessas atividades. Na sequência, elucida-se os subsídios que a sociedade de risco oferece ao ecodesenvolvimento.

Beck (2011) diz que a produção de riquezas é acompanhada pela produção de riscos na sociedade do risco. O autor Sachs defende o crescimento econômico. Para ele o crescimento econômico orientado pelos critérios da sustentabilidade trará muitos benefícios à sociedade. Entretanto, Sachs não levou em consideração a produção dos riscos, pois se as riquezas geradas são acompanhadas de ameaças colaterais, o crescimento econômico defendido por Sachs, mesmo orientado pelas dimensões da sustentabilidade, pode resultar em diversos danos socioambientais.

O desenvolvimento científico e tecnológico da modernização reflexiva é, em grande medida, responsável pelos diversos riscos que permeiam a sociedade (BECK, 2011). O ecodesenvolvimento defende que a sociedade precisa se desenvolver para que os desafios socioambientais presentes sejam solucionados. Esse desenvolvimento inclui questões sociais, tecnológicas, científicas etc. Esse desenvolvimento proposto deve respeitar os ideais do ecodesenvolvimento, mas a questão é se será possível um desenvolvimento da tecnologia e da ciência (mesmo orientado pelos princípios do ecodesenvolvimento) que não resultem em mais ameaças e riscos para a sociedade. Diante desse questionamento, não temos uma resposta.

Os riscos são identificados por meio do conhecimento, mas é através também deste que os riscos podem ser traduzidos, modificados, obscurecidos. O conhecimento pode moldar os riscos, tornando-os perigosos ou não. Uma das principais implicações

deste pressuposto é a criação de novas necessidades. As ameaças criam necessidades sem satisfação, com isso novos mercados são criados e mobilizados pelo sistema produtivo para “satisfazer” essas novas demandas (BECK, 2011). Uma das mais relevantes premissas do ecodesenvolvimento é a preocupação da satisfação das necessidades das pessoas da geração atual bem como das gerações futuras (SACHS, 2004). Se os riscos criam novas necessidades, sendo que algumas jamais serão satisfeitas por completo, compete ao ecodesenvolvimento estudar formas de barrar a criação destas necessidades, ou estudar meio de diminuí-las.

Outro ponto argumentado por Beck é o gerenciamento dos riscos. Essa gestão tem a finalidade de fazer com que os riscos não sejam extintos, e assim continuarem gerando danos socioambientais com o objetivo de manterem abertos os mercados criados para a satisfação dos mesmos. Algo que também, o ecodesenvolvimento, com suas ecotécnicas terá que combater.

Sob o prisma das gerações futuras, no qual o ecodesenvolvimento se preocupa veemente, Beck nos alerta sobre duas situações. Primeiro, que os riscos oriundos principalmente da utilização de produtos químicos nas mais diversas áreas produtivas (agricultura, indústria, etc.) podem causar consequências não apenas para os atores da geração atual, mas também para seus descendentes. Um exemplo é o nascimento de bebês com problemas de saúde devido à exposição dos pais a produtos tóxicos. Este fator é algo que o ecodesenvolvimento, visto como um modelo alternativo de desenvolvimento que se preocupa com as gerações futuras, deve focar e encontrar soluções. Segundo, Beck problematiza as gerações, ou seja, para o autor, diante da sociedade de risco, uma das reações dos sujeitos é a apatia. Essa resposta aos riscos reflete a indiferença perante o perigo e as catástrofes. Neste caso, Beck esclarece que pode acontecer que as futuras gerações já nem se inquietem com imagens de seres humanos e animais deformados, pois já estariam acostumados a ver estes tipos de casos. Nesse sentido, o ecodesenvolvimento, com a ajuda da educação, pode impedir que esse cenário venha a se concretizar.

Na sociedade de risco, ocorre um fenômeno que Beck elucida como efeito equalizador dos riscos. Para o autor, os riscos cedo ou tarde atingem todas as pessoas, independentemente de cor, raça, gênero ou classe. Os “efeitos bumerangues” espalham os riscos para toda a sociedade. É nessa característica do risco que reside seu poder político, pois para Beck não existe mais “os outros”, todos irão arcar com as consequências

das ameaças. Com isso, estruturas de poder são refeitas e estratégias de desenvolvimento reformuladas. Juntamente com os riscos, encontram-se os impactos ambientais. Resta saber se o ecodesenvolvimento irá “aproveitar” essas oportunidades de mudanças advindas dos riscos em benefício próprio.

Muitas empresas continuam a poluir e contaminar o meio e poucas atitudes são tomadas em relação a isso. Um dos motivos para que isso aconteça é o fator “trabalho”, que é usado como moeda de negociação por parte das indústrias, ou seja, para gerar empregos ou manter os que existem é preciso poluir e contaminar (BECK, 2011). Sachs (2004) diz que o ecodesenvolvimento deve ser incluyente, e essa inclusão social deve acontecer pelo trabalho, em suma, o ecodesenvolvimento deve propiciar trabalhos dignos aos seus cidadãos. Mas esses postos de trabalhos enfatizados por Sachs não devem ter o mesmo caráter que os empregos tratados por Beck, pois dessa maneira a poluição continuará acontecendo. É importante que o desenvolvimento proposto por Sachs crie empregos que tenham uma faceta ecológica, ou que pelo menos não dependam da poluição para serem criados e perpetuados.

Uma característica marcante da sociedade de risco é a individualidade. Beck explica que surgem processos individualizantes que obrigam os indivíduos a se colocarem no centro na formatação dos planos de vida criados por eles mesmos. O sentido de pertencer a uma determinada categoria ou classe não tem efeito na sociedade de risco, estes fatores perdem espaço para a perspectiva individual dos atores. São elas próprias, as pessoas, responsáveis por concretizar suas metas de vida e não um grupo ou classe. Os atores já não são forjados no meio de agrupamentos, com isso uma nova ética também é formatada, uma ética que possui deveres para consigo mesmo, e não a um grupo. A realização pessoal é o principal foco destes atores sociais, perdendo, portanto, aquele caráter solidário e pertencente a uma classe.

Então, na sociedade individualizada, o próprio indivíduo é o foco das suas ações, e é agente de seu planejamento no que diz respeito a sua vida. Essa individualidade implica duas questões ao ecodesenvolvimento. Primeiro, Sachs realça que a participação da população local é fundamental para que os princípios do ecodesenvolvimento se materializem. Se estamos diante de uma sociedade individualizada, como fazer com que populações locais se aglutinem? Segundo, se uma nova ética é criada, dando enfoque e prioridade ao próprio ator, como transmutar essa ética para que ela ganhe contornos de

solidariedade para com as gerações futuras? Essas são questões para os pesquisadores do ecodesenvolvimento colocarem em suas reflexões.

As grandes empresas responsáveis pela difusão dos riscos, possuem duas vantagens em relação ao estado: autonomia de decisão no investimento e monopólio do emprego da tecnologia. A partir disso, resta à política a tarefa de aprovar as decisões que não foram por ela decididas e ao mesmo tempo arcar com as consequências destas mesmas deliberações. Então, entende-se que a economia não tem responsabilidade pelo que ela realiza, mas joga nas costas da política toda a responsabilidade; e a política por sua vez, não tem controle nenhum sobre estas questões. Diante desse cenário, é importante questionar qual será a atitude do ecodesenvolvimento perante esse dilema.

Para encerrar as reflexões acerca das contribuições da sociedade de risco para o ecodesenvolvimento, será contextualizada a ótica de Beck sobre como os riscos globalmente produzidos se caracterizam. O autor os divide em três categorias: 1) Deslocalização: as consequências dos riscos não se delimitam a um único espaço geográfico, em suma, os riscos não respeitam fronteiras; 2) Incalculabilidade: os danos advindos dos riscos são em princípio, incalculáveis; 3) Não-compensabilidade: a lógica de compensar as catástrofes advindas dos riscos não tem mais espaço, pois as consequências dos mesmos são drásticas. Com isso o conceito de compensação é substituído pelo da prevenção. Com os riscos recebendo essas características por Beck, resta ao ecodesenvolvimento incorporar esses aspectos em suas análises e tentar, na medida do possível, formar soluções diante das catástrofes provindas da sociedade de risco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procurou explicitar as possíveis contribuições que ambas as teorias enfatizadas, ecodesenvolvimento e sociedade de risco, possam permutar. Compreende-se que a sociedade de risco é um diagnóstico realizado por Beck da modernidade. Com isso, procurou-se melhorar esta investigação com ideias advindas do ecodesenvolvimento. Em contrapartida, entende-se que o ecodesenvolvimento é um modelo alternativo de desenvolvimento, que ainda carece muito de aplicação prática de suas ideias. Dessa forma, os subsídios propostos pela sociedade de risco ao ecodesenvolvimento, pode auxiliar o mesmo a obter uma teoria mais abrangente e fortificada.

Em suma, defende-se que as trocas de informações entre as teorias, apenas trarão benefícios a ambas. Essas interfaces demonstradas no artigo contribuem para que tanto o ecodesenvolvimento como a sociedade de risco possam dar maiores contribuições para pensar, compreender e propor soluções para a problemática ambiental.

REFERÊNCIAS

BECK, U. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo. Editora 34. 2011. 2º ed. 384p.

GUIVANT, J. S. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro. N. 16, p. 95-112. Abril. 2001. Disponível em:<<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/188/184>> Acesso em: 20 março, 2016.

PIGNATI, W, et al. Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e previsão de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, V. 19, n. 12, p. 4669-4678. Ago/ago, 2014. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n12/1413-8123-csc-19-12-04669.pdf>> Acesso em: 29 março, 2016.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental instrumentos, Esferas de ação e Educação ambiental**. São Paulo, Editora Atlas, 2007. 310 p.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo, Editora Vértice, 1986. 207p.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo. Studio Nobel:fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.103 p.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro. Garamond. 2002. 95 p.

SACHS, I. **Desenvolvimento Incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro. Garamond, 2004. 151 p.

SACHS, I. **A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo. Companhia das Letras. 2009. 392 p.